

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
---	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	47
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	50
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	51
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	52
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	355.432.206
Preferenciais	0
Total	355.432.206
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	1.089.981	972.523	983.697
1.01	Ativo Circulante	201.586	86.650	80.786
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	66.719	72.993	34.428
1.01.02	Aplicações Financeiras	118.099	0	37.385
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	118.099	0	37.385
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	104.462	0	37.385
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras - conta reserva	13.637	0	0
1.01.03	Contas a Receber	11.304	9.974	7.928
1.01.03.01	Clientes	11.304	9.974	7.928
1.01.03.01.01	Contas a receber das operações	9.464	9.102	7.844
1.01.03.01.02	Contas a receber de partes relacionadas	1.840	872	84
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.652	1.619	217
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	812	2.064	828
1.02	Ativo Não Circulante	888.395	885.873	902.911
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	126.776	95.165	82.644
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	17.302	0	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	109.471	95.161	82.644
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3	4	0
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	3	4	0
1.02.03	Imobilizado	22.455	25.660	28.433
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	20.147	24.813	22.343
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.308	847	6.090
1.02.04	Intangível	739.164	765.048	791.834
1.02.04.01	Intangíveis	739.164	765.048	791.834
1.02.04.01.02	Intangível	738.546	764.669	783.139
1.02.04.01.03	Infraestrutura em Construção	618	379	8.695

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	1.089.981	972.523	983.697
2.01	Passivo Circulante	63.634	131.410	86.556
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.690	2.332	3.021
2.01.02	Fornecedores	3.056	2.851	3.003
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.056	2.851	3.003
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.762	2.145	1.906
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.865	1.310	1.134
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	1.865	1.310	1.134
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	897	835	772
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	34.655	103.173	72.807
2.01.04.02	Debêntures	34.655	103.173	72.807
2.01.05	Outras Obrigações	13.927	11.689	569
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	13.900	11.623	533
2.01.05.02	Outros	27	66	36
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	27	66	36
2.01.06	Provisões	6.544	9.220	5.250
2.01.06.02	Outras Provisões	6.544	9.220	5.250
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	6.544	9.220	5.250
2.02	Passivo Não Circulante	954.808	741.601	773.328
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	594.478	431.193	501.296
2.02.01.02	Debêntures	594.478	431.193	501.296
2.02.02	Outras Obrigações	322.406	284.005	251.655
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	322.101	283.801	251.389
2.02.02.02	Outros	305	204	266
2.02.02.02.03	Fornecedores	305	199	266
2.02.02.02.04	Outras Obrigações	0	5	0
2.02.04	Provisões	37.924	26.403	20.377
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	25.265	18.407	12.725

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	142	0	0
2.02.04.01.05	Impostos e contribuições a recolher	25.123	18.407	12.725
2.02.04.02	Outras Provisões	12.659	7.996	7.652
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	12.659	7.996	7.652
2.03	Patrimônio Líquido	71.539	99.512	123.813
2.03.01	Capital Social Realizado	283.191	283.191	283.191
2.03.02	Reservas de Capital	72	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-211.724	-183.679	-159.378

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	170.548	158.314	147.184
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-66.025	-62.903	-64.718
3.02.01	Custo de Construção	-1.838	-954	-4.390
3.02.02	Serviços	-8.253	-9.649	-8.962
3.02.03	Provisão de Manutenção	-580	-3.443	-2.949
3.02.04	Depreciação e Amortização	-33.798	-32.642	-31.558
3.02.05	Custo com Pessoal	-15.174	-11.726	-10.733
3.02.06	Materiais Equipamentos e Veículos	-2.075	-1.808	-1.473
3.02.07	Outros	-4.307	-2.681	-4.653
3.03	Resultado Bruto	104.523	95.411	82.466
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-16.152	-10.117	-15.637
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.152	-10.117	-15.637
3.04.02.01	Serviços	-5.010	-4.218	-8.911
3.04.02.02	Depreciação e amortização	-88	-142	-384
3.04.02.03	Despesas com pessoal	-8.709	-4.011	-4.525
3.04.02.04	Materiais, equipamentos e veículos	-241	-202	-225
3.04.02.05	Outras despesas (receitas) operacionais	-518	-317	191
3.04.02.06	Água, luz, telefone, internet e gás	-821	-861	-1.041
3.04.02.07	Reversão para perda esperada - contas a receber	0	16	124
3.04.02.08	Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	-42	-125	-214
3.04.02.09	Taxa de administração - vale pedágio	-578	-113	-51
3.04.02.10	Contribuições a sindicatos e associações de classe	-85	-142	-598
3.04.02.11	Despesas com cartório	-60	-2	-3
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	88.371	85.294	66.829
3.06	Resultado Financeiro	-130.726	-122.112	-61.590
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-42.355	-36.818	5.239
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	14.310	12.517	-1.852
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-28.045	-24.301	3.387

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-28.045	-24.301	3.387
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,0789	-0,0672	0,00937
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,0789	-0,0672	0,00937

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	-28.045	-24.301	3.387
4.03	Resultado Abrangente do Período	-28.045	-24.301	3.387

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	124.512	124.236	96.995
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	129.297	126.277	99.028
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Líquido no Período	-28.045	-24.301	3.387
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-14.310	-12.517	-239
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	33.886	32.784	31.942
6.01.01.04	Baixa (reversão) do ativo imobilizado	2	21	-367
6.01.01.05	Juros sobre debêntures	97.661	81.297	43.722
6.01.01.06	Capitalização de custo de debêntures e mútuos	-271	-1.224	-1.177
6.01.01.07	Constituição da provisão de manutenção	580	3.443	2.949
6.01.01.08	Ajuste a valor presente provisão de manutenção	1.407	871	688
6.01.01.09	Reversão para perda esperada - contas a receber	0	-16	-124
6.01.01.10	Juros e variações monetárias sobre obrigações	44.771	37.879	19.936
6.01.01.11	Comissão de fianças	4.989	8.040	0
6.01.01.12	Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários	592	0	3
6.01.01.13	Rendimento de aplicação financeira	-12.037	0	-1.692
6.01.01.16	Plano de incentivo de longo prazo, liquidável em ações	72	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.785	-2.041	-2.033
6.01.02.01	Contas a receber das operações	-362	-1.242	-2.300
6.01.02.02	Contas a receber de partes relacionadas	-968	-788	-82
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-3.033	-1.402	305
6.01.02.04	Despesas antecipadas e outros créditos	1.253	-1.240	-54
6.01.02.06	Fornecedores	311	-219	-741
6.01.02.07	Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	-2.712	3.050	88
6.01.02.08	Impostos e contribuições a recolher	862	626	2.402
6.01.02.09	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	0	-172	-1.681
6.01.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	358	-689	219
6.01.02.11	Pagamentos de provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários	-450	0	-3

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01.02.12	Outras obrigações	-44	35	-186
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-127.892	35.363	-39.959
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-2.034	-875	-2.422
6.02.02	Adições de Ativo Intangível	-2.494	-1.147	-4.257
6.02.03	Outros de Ativo Intangível	0	0	1.551
6.02.04	Aplicações financeiras líquidas de resgate	-92.425	0	0
6.02.05	Resgates / aplicações (conta reserva)	-30.939	37.385	-34.831
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.894	-121.034	-66.792
6.03.01	Debêntures - Pagamentos Principal e Juros	-595.187	-121.034	-66.792
6.03.05	Debêntures - Captações (líquidas de custos de transação)	592.293	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.274	38.565	-9.756
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	72.993	34.428	44.184
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	66.719	72.993	34.428

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	283.191	0	0	-183.679	0	99.512
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	283.191	0	0	-183.679	0	99.512
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	72	0	0	0	72
5.04.08	Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	0	72	0	0	0	72
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-28.045	0	-28.045
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-28.045	0	-28.045
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	283.191	72	0	-211.724	0	71.539

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	283.191	0	0	-159.378	0	123.813
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	283.191	0	0	-159.378	0	123.813
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-24.301	0	-24.301
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-24.301	0	-24.301
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	283.191	0	0	-183.679	0	99.512

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	283.191	0	0	-162.765	0	120.426
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	283.191	0	0	-162.765	0	120.426
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.387	0	3.387
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.387	0	3.387
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	283.191	0	0	-159.378	0	123.813

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	186.813	174.471	162.055
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	186.542	173.231	160.754
7.01.02	Outras Receitas	271	1.224	1.177
7.01.02.01	Juros capitalizados	271	1.224	1.177
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	16	124
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-23.345	-24.105	-33.026
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-13.120	-13.552	-14.601
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.807	-6.156	-11.086
7.02.04	Outros	-2.418	-4.397	-7.339
7.02.04.01	Custos De Construção	-1.838	-954	-4.390
7.02.04.02	Provisão de Manutenção	-580	-3.443	-2.949
7.03	Valor Adicionado Bruto	163.468	150.366	129.029
7.04	Retenções	-33.886	-32.784	-31.942
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-33.886	-32.784	-31.942
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	129.582	117.582	97.087
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	18.996	6.939	2.069
7.06.02	Receitas Financeiras	18.996	6.939	2.069
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	148.578	124.521	99.156
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	148.578	124.521	99.156
7.08.01	Pessoal	21.003	14.205	13.494
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.501	7.370	9.241
7.08.01.02	Benefícios	5.422	3.018	3.572
7.08.01.03	F.G.T.S.	771	416	494
7.08.01.04	Outros	309	3.401	187
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.648	4.020	17.236
7.08.02.01	Federais	-4.602	-4.605	9.397
7.08.02.02	Estaduais	31	25	21
7.08.02.03	Municipais	9.219	8.600	7.818

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	150.972	130.597	65.039
7.08.03.01	Juros	149.993	130.230	64.827
7.08.03.02	Aluguéis	979	367	212
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-28.045	-24.301	3.387
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-28.045	-24.301	3.387

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos Acionistas

Apresentamos a seguir, o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Concessionária ViaRio S.A. ("ViaRio" ou "Companhia" ou "Concessionária"), referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

1.2. Apresentação

Contrato de Concessão

O contrato de concessão foi assinado no dia 26 de abril de 2012 com a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Este contrato tem como objeto a concessão do serviço público de implantação, operação, manutenção, monitoração, conservação e realização de melhorias no trecho de 13 km da via expressa corredor Presidente Tancredo Neves ("Ligação Transolímpica" ou "Via"), ligando a Barra da Tijuca a Deodoro, na cidade do Rio de Janeiro, sendo remunerada através da cobrança de pedágio. O prazo da concessão é de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir da data de assinatura.

Para a execução das obras e serviços necessários à implantação da Transolímpica, foi previsto no contrato de concessão repasse de recursos financeiros pelo Poder Concedente à Companhia ("Subsídio"), autorizado por lei municipal.

Perfil da Concessionária

A Companhia é uma via urbana expressa com extensão total de 13 quilômetros, dos quais aproximadamente 1,6 quilômetros em túneis, e 38 pontes e viadutos, além de praças de pedágio, uma no eixo principal e outras duas nas alças de acesso a via.

A Via é composta por três faixas de rolamento em cada sentido, sendo duas faixas para automóveis, motos, ônibus e caminhões e uma terceira faixa exclusiva para o sistema *BRT* (transporte rápido por ônibus – na sigla em inglês). A operação dos BRTs (isento de cobrança de pedágio) e administração das estações é de total responsabilidade das empresas de ônibus, sendo responsabilidade da Companhia apenas a manutenção das pistas para a passagem dos BRTs e o socorro médico e mecânico.

A sede da Companhia fica localizada na estrada do Catonho, onde funciona sua estrutura corporativa e o centro de controle operacional (CCO), garantindo mais segurança aos seus usuários.

O início da operação comercial da Companhia foi em 29 de agosto de 2016.

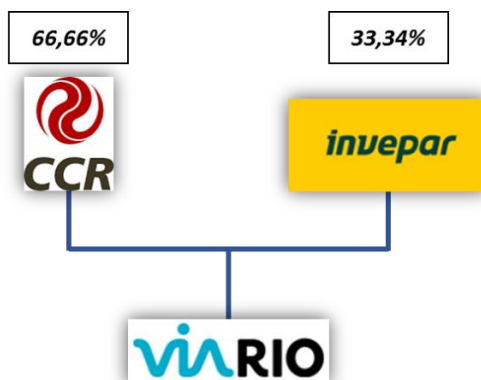
No dia 15 de fevereiro de 2018, a Companhia iniciou a cobrança do pedágio nas cabines das alças de acesso na estrada do Rio Grande, em Boiuna, Jacarepaguá.

Os moradores da região que residem dentro de um raio de 2 quilômetros da praça de pedágio são isentos do pagamento do pedágio da estrada do Rio Grande. Para se obter o benefício, é preciso a realização do cadastramento no site www.viario.com.br.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Composição Acionária

Em 31 de dezembro de 2023, a composição acionária da Companhia era a seguinte:



1.3. Destaques

O ano de 2023 registrou tráfego recorde quando analisado todo o período de concessão, destacando-se o crescimento expressivo no número de veículos comerciais que observou um aumento de 16% comparado a 2022. Ainda em relação ao ano anterior, o acumulado de 2023 cresceu cerca de 7% tendo a Companhia apresentado recorde de tráfego mês contra mês, com destaque para dezembro que atingiu uma média diária de 70 mil veículos.

Na praça de pedágio, o meio de pagamento por cartão atingiu uma média de 22% superando o pagamento convencional em dinheiro que detém hoje cerca em 19% da receita da concessionária. Os veículos que passam pelas pistas automáticas utilizando tags perfazem o total de 59%.

Para quem utiliza o cartão (22%), registramos em nossas praças de pedágio cerca de 70% de pagamentos por aproximação *NFC (Near Field Communication)*.

Destaca-se que o uso do pix ultrapassou a casa de 1.000 transações dia, tornando-se o meio de pagamento que mais cresceu no ano de 2023.

2. Estratégia de Gestão

2.1. Governança Corporativa

Estrutura do Conselho e Diretoria

O mandato dos representantes do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia é de 2 anos, com a próxima eleição em abril de 2024.

Membros do Conselho da Administração	Membros da Diretoria	
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Luciana Parpinelli de Oliveira	Diretor Presidente
Marcus Vinicius Figur da Rosa	Marco Aurélio Guerreiro de Souza	Diretor Adm. Financeiro
Roberto Penna Chaves Neto		

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Programa de *Compliance*

O Grupo CCR, do qual a ViaRio faz parte, são signatários do Pacto Global da ONU. Em 2023, Miguel Setas – CEO do Grupo CCR foi anunciado pelo Pacto Global da ONU no Brasil como porta-voz do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS11) – Cidades e Comunidades Sustentáveis do Grupo CCR. Ainda em 2023, o Grupo CCR teve suas metas de redução de emissões de gases de efeito estufa aprovadas pela *Science Based Targets Initiative* (SBTi). Com isso, a CCR se torna a primeira empresa do setor de infraestrutura no País a firmar o compromisso público de descarbonização com a iniciativa, fruto de uma cooperação entre o *Carbon Disclosure Project*, o Pacto Global das Nações Unidas, o *World Resources Institute* e o *World Wide Fund for Nature*.

Diante de todas as iniciativas de 2023, também destacamos o nosso compromisso de promover um ambiente de negócios íntegro, transparente e ético, onde conquistamos para todos os negócios do Grupo CCR, incluindo a ViaRio, a Certificação Internacional ISO 37001, referente à Norma Global do Sistema de Gestão Antissuborno e a ISO 37301, associada à Norma Global do Sistema de Gestão de Compliance com ênfase em ESG.

Na ViaRio, reforçamos constantemente, com o apoio da Alta Administração, a contínua divulgação e atualização do Programa de Integridade, criado desde 2015 e aderente a partir de 2021, às diretrizes do Grupo CCR. Todos os colaboradores, acionistas, administradores e terceiros, em todos os níveis, são orientados sobre a necessidade de desenvolvimento de negócios sustentáveis e em conformidade com as políticas e normas internas, bem como em cumprimento à legislação dos países que atuam.

Estamos em constante busca das melhores práticas de mercado, combatendo a corrupção, suborno, propina ou pagamentos facilitadores. Neste sentido, o Programa contém diversas políticas e normas que tratam da avaliação de riscos de terceiros, doações e patrocínios, brindes e presentes, interação com agentes públicos e conflitos de interesses. Constantemente realizamos treinamentos e campanhas de comunicação, com o objetivo de engajar a todos na cultura de Compliance.

Acompanhando o cumprimento dos procedimentos, o Grupo CCR do qual a ViaRio faz parte, performam o Monitoramento do Programa, mapeando eventuais não conformidades, que serão alvo de aplicação de medidas disciplinares, se for o caso. Ademais, alinhado ao seu compromisso com o Código de Conduta Ética, Política da Empresa Limpa e do Sistema de Gestão de Compliance, a ViaRio, através da CCR, possui o Canal Confidencial (<https://canalconfidencial.com.br/canalconfidencialccr/>), onde colaboradores, parceiros de negócio e clientes podem relatar de forma anônima, qualquer situação que não parecer correta.

Todas estas iniciativas, tem por objetivo garantir a prática dos princípios e valores da Companhia, reforçando a atuação coerente com a preocupação na construção de uma empresa e de uma sociedade cada vez melhores para todos.

2.2.Gestão de Pessoas

A quantidade de colaboradores próprios e terceirizados em 31 de dezembro de 2023 foi de 348 (175 terceiros).

Treinamentos

A CCR, do qual a ViaRio faz parte, embasada em uma cultura de princípios e valores alinhados ao desenvolvimento das pessoas, conta com o apoio da Academia CCR para potencializar a capacidade transformadora do aprendizado aos colaboradores e lideranças, ofertando subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Em 2023, a Academia CCR atuou na estratégia de treinamento e desenvolvimento dos colaboradores da Plataforma Rodovias. Para a ViaRio foram realizadas 2.384 horas de treinamento, com 82% de treinamentos na modalidade on-line, 15,5% na modalidade presencial e 2,5% na modalidade combinada (semipresencial). Temos o registro de 401 cursos concluídos e registrados na plataforma HCM, dentre treinamentos obrigatórios, essenciais e institucionais. Foram desenvolvidas 7 soluções educacionais novas para as áreas de Operações e Engenharia como um todo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**3. Desempenho econômico e financeiro**

Em R\$ mil	2023	2022	Var.%
Receita líquida	170.548	158.314	8%
Receita de pedágio	184.380	171.955	7%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	1.838	954	93%
Outras receitas	324	322	1%
(-) Deduções da receita bruta	(15.994)	(14.917)	-7%
(-) Custos e despesas (a)	(82.177)	(73.020)	-13%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(1.838)	(954)	-93%
Demais custos e despesas	(80.339)	(72.066)	-11%
(-) Resultado financeiro líquido	(130.726)	(122.112)	-7%
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	14.310	12.517	14%
Lucro líquido	(28.045)	(24.301)	-15%
(-) Resultado financeiro líquido	130.726	122.112	7%
(+) Imposto de renda e contribuição social	(14.310)	(12.517)	-14%
EBIT (b)	88.371	85.294	4%
Margem EBIT	52%	54%	-4%
Margem EBIT ajustada (c)	52%	54%	-3%
(+) Depreciação/amortização	33.886	32.784	3%
EBITDA (b)	122.257	118.078	4%
Margem EBITDA	72%	75%	-4%
(+) Provisão de manutenção (d)	580	3.443	-83%
EBITDA ajustado	122.837	121.521	1%
Margem EBITDA ajustada (e)	73%	77%	6%
Endividamento bruto (f)	629.133	534.366	18%
Investimentos (caixa) (g)	4.528	2.022	124%
Veículos equivalentes (em milhões)	24	22	7%

(a) Custos e despesas totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais.

(b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 527/12.

(c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas receitas líquidas sem considerar a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

(d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras.

(e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

(f) Dívida bruta: somatória dos empréstimos, financiamento e debêntures (líquidos dos custos de transação).

(g) Investimentos: somatória das adições do ativo imobilizado, intangível e realização da provisão de manutenção.

3.1.Receita operacional

O valor total de receita bruta no ano de 2023 foi de R\$ 186,5 milhões, sendo que R\$ 184,4 milhões são oriundos do faturamento de receitas de pedágio, uma variação positiva quando comparado aos R\$ 173,2 milhões do exercício de 2022. O aumento de tráfego de 7,0% demonstra o crescimento da Via. Em 2023 passaram pela praça de pedágio um total de 24 milhões de veículos equivalentes pedagiado VEP (22 milhões em 2022).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.2.Custos e despesas

Ao final de 2023, os custos e despesas da Companhia totalizaram o montante de R\$ 82 milhões. Quando comparado com 2022, o desvio se dá principalmente devido a prestação de serviços adicional referente as atividades de contabilidade, gerenciamento de frotas, suprimentos, tecnologia, jurídico, gestão de pessoas e fiscal.

3.3.Resultado financeiro

A Companhia finalizou o exercício de 2023 com um resultado financeiro de R\$ 130,7 milhões negativos, resultado este afetado principalmente em razão de juros sobre debêntures e dívida subordinada.

3.4.Endividamento

Em 31 de dezembro de 2023, a dívida bruta da Companhia foi de R\$ 951 milhões, sendo R\$ 629 milhões referente à 8ª Emissão de debêntures captada em 2023 e R\$ 322 milhões de saldo de dívida subordinada.

3.5.Investimentos

No ano de 2023 foram realizados R\$ 4,5 milhões em investimentos, destacando-se: obras de estabilização e contenção do Talude da Colônia KM 10+380 a 10+450, aquisição de servidores e envelopamento elétrica e dados-civil.

3.6.Dividendos propostos

Aos acionistas, conforme artigo 25 do Estatuto Social da Companhia, é distribuído a título de dividendos o lucro líquido de cada exercício, após a constituição das reservas legais e estatutárias. Em 2023 não foi realizada distribuição de dividendos, dado que a Companhia apresenta prejuízo acumulado.

4. ESG

Como prática social, a Companhia implementou projetos que valorizem a cultura local e promovem o desenvolvimento sustentável dos territórios onde estamos inseridos. São realizados projetos socioculturais por meio de parceria com institutos e por meios de leis de incentivos fiscais. No ano de 2023 foi dado continuidade a muitos projetos realizados no ano anterior e realização ações com recursos próprios:

- Projetos Socioculturais por meio de lei municipal de incentivo – ISS: Ilumina Zona Oeste (festival multicultural), Projeto De Olho na Pista (educação no trânsito); seis em Ponto – Arte na Praça (fortalecimento da cultura local);

- Projetos Socioculturais por meio de lei federal de incentivo à cultura – Instituto CCR: Apresentação teatral – A Mágica Carruagem de Inácio (temática acessibilidade).

- Projetos com recursos próprios: Programa de diversidade, equidade e inclusão; Programa de voluntariado; Campanha de instalação de antenas corta linha de pipa e Check-up em motocicletas (segurança Viária), Hortas Urbanas com implementação de horta para colaboradores e ação de avaliação do Fórum Integra Zona Oeste.

5. Considerações finais

5.1. Auditores independentes

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.2. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

5.3. Cláusula compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil – Canadá ("CCBC"), conforme cláusula compromissória constante em seu Estatuto Social.

Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 2024.

A Administração

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

A Concessionária ViaRio S.A. ("ViaRio" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, situada na Rua Euzébio de Almeida, 2500, constituída em 20 de abril de 2012 e iniciou suas atividades em 26 de abril de 2012, de acordo com o contrato de concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.

Este contrato tem como objeto a concessão do serviço público de implantação, operação, manutenção, monitoração, conservação e realização de melhorias no trecho de 13 km da Via Expressa Corredor Presidente Tancredo Neves ("Ligação Transolímpica" ou "Via"), ligando a Barra da Tijuca a Deodoro, na cidade do Rio de Janeiro, sendo remunerada através da cobrança de pedágio. O prazo da concessão é de 35 anos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão, que ocorreu em 26 de abril de 2012.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 29 de agosto de 2016, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados "trabalhos iniciais", conforme definido no contrato de concessão e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de janeiro.

Em 15 de fevereiro de 2018, a Companhia iniciou a cobrança do pedágio nas cabines das alças de acesso na Estrada do Rio Grande, em Boiuna, Jacarepaguá.

Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados ou amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Apesar dos contratos de concessão não incluírem cláusulas de renovação, a extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

1.1.1. Outras informações relevantes - Processos judiciais e administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões dos contratos de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões do contrato de concessão.

Os processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

Notas Explicativas

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

1.1.2. Processos em andamento

a. Sobrepreço

Os processos administrativos relativos à realização dos investimentos de implantação previstos no contrato de concessão instaurados perante a Secretaria de Transportes do Rio de Janeiro, Controladoria Geral do Município ("CGM/RJ") e Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro ("TCM/RJ") e que trataram de um suposto sobrepreço na realização das obras foram todos concluídos, sem que tenha sido apurada qualquer infração por parte da concessionária.

b. Processo n.º 0189152-64.2020.8.19.0001- Ação Popular - nulidade do contrato de concessão

Em 30 de setembro de 2020, foi distribuída Ação Popular em face do Município do Rio de Janeiro e da Companhia, objetivando a decretação da nulidade do contrato de concessão n.º 38/2012 e de seus termos aditivos, bem como a condenação da Companhia à reparação de supostos danos ao Erário.

Após tramitação em 1ª Instância, em 15 de junho de 2021, foi proferida sentença, acolhendo a preliminar de decadência para julgar extinta a demanda. O autor e o Município apresentaram recurso de apelação. Em 24 de março de 2022, a Companhia apresentou contrarrazões ao recurso de apelação e atualmente aguarda-se julgamento.

c. Reajustes tarifários de 2020, 2021, 2022 e 2023

A Concessionária tem enfrentado obstáculos por parte do Poder Público Municipal para aplicar os reajustes tarifários anuais previstos em seu contrato de concessão, tendo recorrido ao Poder Judiciário todos os anos visando o reconhecimento de seu direito ao reajuste tarifário. A tarifa atualmente praticada é a tarifa reajustada para o ano de 2020, com base em decisão liminar. Os processos seguem em tramitação em diferentes Instâncias.

Os acionistas e a Administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 29 de fevereiro de 2024, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- 3.7 **Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*):** principais premissas utilizadas na determinação do valor em uso;
- 8.2. **Impostos diferidos:** valor de reconhecimento de ativos fiscais diferidos, baseado na disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual poderão ser utilizados;
11. **Amortização dos ativos intangíveis:** curva de amortização;
13. **Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários:** determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;
14. **Provisão de manutenção:** estimativa de valor para manutenção futura e taxa de desconto da estimativa; e
18. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

Notas Explicativas

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de performance do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance; e (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários da rodovia.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Essas receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação do serviço.

Os valores das tarifas de pedágio são pactuados na celebração do contrato de concessão, que prevê as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 16.

3.2. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Notas Explicativas

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Notas Explicativas

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Notas Explicativas

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

3.4. Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

3.5. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Notas Explicativas

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.6. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item 3.14.

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

3.7. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Notas Explicativas

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do setor, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas

Notas Explicativas

através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.9. Provisão de manutenção – contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

3.10. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras e variações monetárias sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.11. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para

Notas Explicativas

imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e, se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

3.13. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras, oriundas do plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP).

Notas Explicativas

3.14. Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

3.15. Informação por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado do Rio de Janeiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

3.16. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

Notas Explicativas

3.17. Pagamento baseado em ações

Os pagamentos baseados em ações, liquidáveis em ações, são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito dos instrumentos.

3.18. Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2023, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023:

- CPC 50/IFRS 17 – Contratos de seguros;
- Divulgação de políticas contábeis – alterações ao CPC 26 (IAS 1) e IFRS Practice Statement 2;
- Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23 (IAS 8); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12).

3.19. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2023 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 (IAS 1);
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* – alterações ao CPC 06 (IFRS 16);
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26 (IAS 1); e
- Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7.

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Notas Explicativas

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação; e
- c) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 7, 9, 12 e 18.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento nas perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativo as debêntures, aplicações financeiras e mútuos. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 9, 12 e 18.

As tarifas da Companhia são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A

Notas Explicativas

Administração avalia que a Companhia e suas investidas gozam de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	85.658	83.820	118.833	132.893	759.184
Mútuos com partes relacionadas	-	-	-	-	796.179
Fornecedores e outras obrigações	3.083	305	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	13.900	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos e transação.

Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia conta com o suporte financeiro da acionista controladora em conjunto CCR S.A. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2023	2022
Caixa e bancos	2.388	1.853
Aplicações financeiras (a)	64.331	71.140
Total	66.719	72.993

Aplicações financeiras	2023	2022
Circulante	118.099	-
Aplicações financeiras (a)	104.462	-
Conta reserva (b)	13.637	-
Não circulante	17.302	-
Conta reserva (b)	17.302	-
Total	135.401	-

- (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e
 (b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a debêntures (nota explicativa n.º 12).

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 101,03% do CDI, equivalente a 13,24% a.a. (102,14% do CDI, equivalente a 12,70% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas**7. Contas a receber****7.1. Contas a receber líquidas**

	2023	2022
Circulante	9.464	9.102
Contas a receber das operações (a)	9.464	9.102
Total	9.464	9.102

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassados à Companhia, créditos a receber decorrentes de vale pedágio e créditos de receitas acessórias (principalmente locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão.

7.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2023	2022
Créditos a vencer	9.461	9.102
Créditos vencidos até 60 dias	2	-
Créditos vencidos de 61 até 90 dias	1	-
Total	9.464	9.102

8. Imposto de renda e contribuição social**8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – diferidos**

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2023	2022
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(42.355)	(36.818)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	14.401	12.518
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(66)	(54)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(53)	53
Despesa de imposto de renda e contribuição social	14.282	12.517
Impostos diferidos	14.310	12.517
Alíquota efetiva de impostos	33,79%	34,00%

Notas Explicativas

8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2023	2022
Ativo	156.311	143.461
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	148.932	137.065
Provisão para participação nos resultados (PLR)	444	353
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	48	-
Provisão de manutenção	6.530	5.854
Tributos com exigibilidade suspensa - Pis e Cofins	332	189
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	25	-
Compensação de imposto ativo	(46.840)	(48.300)
Impostos ativos após compensação	109.471	143.461
Passivo	(46.840)	(48.300)
Capitalização de juros	(43.826)	(45.597)
Custo de transação de empréstimos	(3.012)	(2.703)
Outros	(2)	-
Compensação de imposto passivo	46.840	-
Impostos passivos após compensação	-	-
Imposto diferido líquido	109.471	95.161
Movimentação do imposto diferido	2023	2022
Saldos em 1º de janeiro	95.161	82.644
Reconhecimento no resultado	14.310	12.517
Saldos em 31 de dezembro	109.471	95.161

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

	2023
2024	10.276
2025	7.886
2026	10.271
2027	12.993
2028	15.735
2029 em diante	91.771
Total	148.932

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras em conjunto, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

Notas Explicativas

Saldos	2023			2022		
	Controladora em conjunto	Outras partes relacionadas	Total	Controladora em conjunto	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	-	1.857	1.857	1	886	887
Aplicações financeiras	-	7	7	-	7	7
Bancos conta movimento	-	10	10	-	8	8
Contas a receber	-	1.840	1.840	1	871	872
Passivo	13.822	916.448	930.270	291.847	3.610	295.457
Fornecedores e contas a pagar	13.822	78	13.900	8.046	3.577	11.623
Mútuo	-	322.101	322.101	283.801	-	283.801
Debêntures	-	594.264	594.264	-	-	-
Outros débitos	-	5	5	-	33	33

Transações	2023			2022		
	Controladora em conjunto	Outras partes relacionadas	Total	Controladora em conjunto	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(47)	(47)	-	-	-
Custos / despesas - consultoria financeira	-	-	-	-	6	6
Custos / despesas - serviços especializados e consultorias	-	(60)	(60)	-	-	-
Despesa de prestação de garantias em emissões de dívidas	(4.988)	-	(4.988)	(8.040)	-	(8.040)
Despesa de prestação de serviços - CSC	-	-	-	(624)	-	(624)
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	(1)	(1)	-	-	-
Despesas financeiras - mútuo	(44.771)	-	(44.771)	(37.879)	-	(37.879)
Receita de mútua cooperação	-	28	28	-	9	9
Receita de aplicações financeiras	-	518	518	-	-	-
Repasse de custo e despesas - CSC	(6.526)	-	(6.526)	(203)	-	(203)
Repasse de custos e despesas de colaboradores	(37)	(367)	(404)	(4)	(3.562)	(3.566)

9.1. Despesas com profissionais-chave da Administração

	2023	2022
Remuneração (a)	1.074	1.247
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	693	858
Outros benefícios:	381	389
Incentivo de longo prazo	72	-
Provisão para remuneração variável do ano (b)	286	344
Previdência privada	21	43
Seguro de vida	2	2

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 18 de abril de 2023, foi aprovada a remuneração anual e global para a Diretoria da Companhia no montante de R\$ 1.700. A remuneração anual inclui salários, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social.

9.2. Saldos a pagar aos profissionais-chave da Administração

	2023	2022
Remuneração dos administradores (a)	426	360

- Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração e Diretoria; e
- Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram efetuados pagamentos de provisão de PPR no montante de R\$ 83, respectivamente.

9.3. Taxas contratuais de transações com partes relacionadas

Taxas contratuais - mútuos	Vencimento final	2023	2022
CDI+ 2,9% a.a.	Junho de 2028	140.265	121.855
TR + 9,89% a.a.	Janeiro de 2034	121.741	110.031
130% CDI	Janeiro de 2034	60.095	51.915
Total		322.101	283.801

Notas Explicativas

	2023	2022
Mútuo - Passivo	322.101	283.801
Não circulante	322.101	283.801
Total	322.101	283.801

	2023	2022
Taxas remuneração - garantias em emissão de dívidas	4.988	8.040
0,80% a.a.	4.988	8.040
Total	4.988	8.040

10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado					Total em operação	Imobilizações em andamento	Total imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Instalações e edificações	Equipamentos operacionais			
Saldo em 1º de janeiro de 2022	502	15.243	939	-	5.659	22.343	6.090	28.433
Adições	-	-	-	-	-	-	1.344	1.344
Baixas	(6)	(9)	-	-	(6)	(21)	-	(21)
Transferências	11	2.647	6	-	4.901	7.565	(6.587)	978
Depreciação	(104)	(2.948)	(463)	-	(1.559)	(5.074)	-	(5.074)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	403	14.933	482	-	8.995	24.813	847	25.660
Custo	1.088	32.292	5.692	436	15.702	55.210	847	56.057
Depreciação acumulada	(685)	(17.359)	(5.210)	(436)	(6.707)	(30.397)	-	(30.397)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	403	14.933	482	-	8.995	24.813	847	25.660
Adições	-	-	-	-	-	-	2.181	2.181
Baixas	(2)	-	-	-	-	(2)	-	(2)
Transferências	6	255	-	-	459	720	(720)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	104	-	-	-	104	-	104
Depreciação	(99)	(3.204)	(442)	-	(1.743)	(5.488)	-	(5.488)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	308	12.088	40	-	7.711	20.147	2.308	22.455
Custo	1.087	32.646	5.692	436	16.161	56.022	2.308	58.330
Depreciação acumulada	(779)	(20.558)	(5.652)	(436)	(8.450)	(35.875)	-	(35.875)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	308	12.088	40	-	7.711	20.147	2.308	22.455
Taxa média anual de depreciação %								
Em 31 de dezembro de 2023	10	10	20	(a)	11			

(a) Bens totalmente depreciados.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de debêntures e mútuos no montante de R\$ 147 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 469 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). As taxas médias de capitalização (custo de debêntures e mútuos dividido pelo saldo médio de debêntures e mútuos) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram de 8,29% a.a. e 9,17% a.a., respectivamente.

11. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível			Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do intangível
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento			
Saldo em 1º de janeiro de 2022	781.776	1.318	45	783.139	8.695	791.834
Adições	-	-	205	205	1.697	1.902
Transferências	8.967	182	(114)	9.035	(10.013)	(978)
Amortização	(27.175)	(535)	-	(27.710)	-	(27.710)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	763.568	965	136	764.669	379	765.048
Custo	917.818	5.234	136	923.188	379	923.567
Amortização acumulada	(154.250)	(4.269)	-	(158.519)	-	(158.519)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	763.568	965	136	764.669	379	765.048
Adições	-	-	677	677	1.941	2.618
Transferências	1.702	22	(22)	1.702	(1.702)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(104)	(104)	-	(104)
Amortização	(27.898)	(500)	-	(28.398)	-	(28.398)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	737.372	487	687	738.546	618	739.164
Custo	919.520	5.256	687	925.463	618	926.081
Amortização acumulada	(182.148)	(4.769)	-	(186.917)	-	(186.917)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	737.372	487	687	738.546	618	739.164
Taxa média anual de amortização %						
Em 31 de dezembro de 2023	(a)	20				

Notas Explicativas

(a) Amortização pela curva de benefício econômico.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de debêntures e mútuos no montante de R\$ 124 no em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 755 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). As taxas médias de capitalização (custo de debêntures e mútuos dividido pelo saldo médio de debêntures e mútuos) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram de 8,29% a.a. e 9,17% a.a. respectivamente.

12. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2023	2022
7ª Emissão - Série única	CDI + 2,90% a.a.	3,3425% (a)	Fevereiro de 2028	-	-	-	534.366 (b)
8ª Emissão - Série 1	CDI + 1,90% a.a.	2,1419% (a)	Fevereiro de 2031	5.099	4.390	418.487	- (b)
8ª Emissão - Série 2	CDI + 3,75% a.a.	3,9664% (a)	Fevereiro de 2034	2.608	2.338	210.646	- (b) (c)
Total					6.728	629.133	534.366

	2023	2022
Circulante	34.655	103.173
Debêntures	35.861	105.049
Custos de transação	(1.206)	(1.876)
Não circulante	594.478	431.193
Debêntures	600.000	434.891
Custos de transação	(5.522)	(3.698)
Total geral	629.133	534.366

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada;

Garantias:

- (b) Aval / fiança corporativa da sua Controladora em conjunto CCR, na proporção de suas participações acionárias direta/indireta não remunerado; e
- (c) Garantia real.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2023
2026	36.200
2027	56.400
2028	76.800
2029 em diante	430.600
(-) Custo de transação	(5.522)
Total	594.478

A Companhia possui contrato de debêntures, com cláusula de *cross default*, que estabelece vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução desta cláusula. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

Conforme cláusula 4.3 do contrato de debêntures, a Companhia deve efetuar depósitos mensais em conta reserva, os quais permanecerão bloqueados durante 6 meses e resgatados para pagamento dos juros

Notas Explicativas

semestrais, até o final do contrato. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo aplicado totaliza R\$ 30.939 (em 31 de dezembro de 2022 não há saldo aplicado).

13. Riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e previdenciários.

13.1. Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis e administrativos	Trabalhistas e previdenciários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-
Constituição	26	561	587
Reversão	(1)	-	(1)
Pagamentos	(25)	(425)	(450)
Atualização de bases processuais e monetária	-	6	6
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	142	142

13.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos passivos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2023	2022
Cíveis	63	55
Trabalhistas	1.737	3
Total	1.800	58

14. Provisão de manutenção

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	9.220	7.996	17.216
(Reversão) constituição	(12.248)	12.828	580
Ajuste a valor presente	508	899	1.407
Transferência	9.064	(9.064)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.544	12.659	19.203

As taxas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, para o cálculo do valor presente, são de 9,24% a.a. e 9,64% a.a., respectivamente.

Notas Explicativas

15. Patrimônio líquido

15.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 283.191, composto por 355.432.206 ações ordinárias, assim distribuídas:

	Participação acionária	2023		2022	
		Ações integralizadas	Capital social integralizado	Ações integralizadas	Capital social integralizado
CCR S.A.	66,66%	236.931.108	188.776	241.067.374	188.776
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar	33,34%	118.501.098	94.415	120.569.852	94.415
Total geral		355.432.206	283.191	361.637.226	283.191

15.2. Prejuízo básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação:

	2023	2022
Numerador		
Prejuízo líquido	(28.045)	(24.301)
Denominador (em milhares)		
Média ponderada de ações ordinárias	355.432	361.637
Prejuízo por ação ordinária - básico e diluído	(0,07890)	(0,06720)

15.3. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Controladora em conjunto realizada em 19 de abril de 2023, foi aprovado o Plano de Incentivo de Longo Prazo (Plano ILP), que entrou em vigor nesta data.

O Plano ILP prevê a outorga de Ações de Retenção e Ações de Performance a administradores e empregados elegíveis da Controladora em conjunto e de suas subsidiárias, de forma atrelada à avaliação de sua performance no Grupo CCR. Dessa forma, os principais objetivos do Plano são motivar e reter tais executivos, bem como alinhar seus interesses aos da Controladora em conjunto e de seus acionistas. As outorgas poderão ser exercidas anualmente, a partir do terceiro ano, em três parcelas iguais, na proporção de 1/3 cada parcela visto que a primeira, segunda e terceira parcela tem um período de *vesting* de 2, 3 e 4 anos, respectivamente, tendo o plano uma duração total de 5 anos. As outorgas em Ações de Performance estarão sujeitas a uma meta de performance com base no atingimento de 80% do *TSR* (*total shareholder return*) alvo real da Controladora em conjunto no período.

É utilizado o modelo Black-Scholes-Merton para precificação do valor justo das ações outorgadas, da parcela atrelada à performance, visto que estas dependem de atingimento de gatilho baseado no *TSR*. Os principais parâmetros de precificação foram:

- Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 7.168;
- Data da outorga: 26 de junho de 2023;
- Preço corrente (*TSR* do ano anterior): R\$ 11,72;
- Preço de exercício (*TSR* alvo) para cada tranche: R\$ 13,38, R\$ 15,17 e R\$ 16,96;
- Volatilidade esperada (Desvio-padrão do LN da variação diária das ações da Controladora em conjunto entre janeiro de 2003 até a data base da outorga): 2,51%;
- *Dividend Yield* (média histórica anual desde 2003): 4,01%;
- Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 12,25%, 8,25% e 8%;
- Prazo total: 3 anos para a 1ª parcela (2 anos de *vesting*), 4 anos para a 2ª parcela (3 anos de *vesting*) e 5 anos para a 3ª parcela (4 anos de *vesting*).

Notas Explicativas

O valor justo da parcela atrelada à retenção, 7.168 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Controladora em conjunto, em 26 de junho de 2023 (data de outorga), de R\$ 13,96, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação de serviço por parte dos funcionários.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R\$ 72.

16. Receitas operacionais líquidas

	2023	2022
Receita bruta	186.542	173.231
Receitas de pedágio	184.380	171.955
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	1.838	954
Receitas acessórias	324	322
Deduções das receitas brutas	(15.994)	(14.917)
Impostos sobre receitas	(15.973)	(14.901)
Abatimentos	(21)	(16)
Receita operacional líquida	170.548	158.314

17. Resultado financeiro

	2023	2022
Despesas financeiras	(149.722)	(129.051)
Juros sobre debêntures	(97.661)	(81.297)
Juros sobre mútuos	(44.771)	(37.879)
Comissão de fianças	(4.989)	(8.040)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(1.407)	(871)
Capitalização de custos das debêntures e mútuos	271	1.224
Outras despesas financeiras	(1.165)	(2.188)
Receitas financeiras	18.996	6.939
Rendimento sobre aplicações financeiras	18.837	6.287
Juros e outras receitas financeiras	159	652
Resultado financeiro líquido	(130.726)	(122.112)

18. Instrumentos financeiros

18.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Notas Explicativas

		2023	2022
Ativos	Nível	213.424	82.967
Valor justo através do resultado		202.120	72.993
Caixa e bancos	Nível 2	2.388	1.853
Aplicações financeiras	Nível 2	168.793	71.140
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	30.939	-
Custo amortizado		11.304	9.974
Contas a receber das operações		9.464	9.102
Contas a receber de partes relacionadas		1.840	872
Passivos		(968.522)	(832.911)
Custo amortizado		(968.522)	(832.911)
Debêntures (a)		(629.133)	(534.366)
Fornecedores e outras obrigações		(3.388)	(3.121)
Mútuos de partes relacionadas		(322.101)	(283.801)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(13.900)	(11.623)
Total		(755.098)	(749.944)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Debêntures mensurados ao custo amortizado – Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2023		2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	635.861	712.047	539.940	572.047

(a) Valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI), acrescida de um componente de risco de crédito.

18.2. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

18.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e dos juros sobre os contratos de debêntures, mútuos e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2024 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas

Risco	Exposição em R\$ ⁽³⁾ ⁽⁴⁾	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	(635.861)	(92.356)	(111.428)	(130.503)
Efeito sobre as debêntures		(92.356)	(111.428)	(130.503)
CDI	(349.355)	(46.391)	(53.667)	(60.964)
Efeito sobre os mútuos		(46.391)	(53.667)	(60.964)
CDI	202.187	12.857	16.022	19.173
Efeito sobre as aplicações financeiras		12.857	16.022	19.173
Total do efeito líquido de perda		(125.890)	(149.073)	(172.294)
A taxa de juros considerada foi ⁽¹⁾:	CDI ⁽²⁾	11,6500%	14,5625%	17,4750%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo, sendo a mesma utilizada nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável:

(2) Taxa de 31/12/2023, divulgada pela B3;

(3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/12/2023, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e

(4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

19. Demonstrações do fluxo de caixa

19.1. Transações que não afetaram caixa

Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2023	2022
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	6.471	5.467
Impostos e contribuições a recolher	6.471	5.467
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(6.471)	(5.467)
Mútuos de partes relacionadas	(6.471)	(5.467)

19.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações do contrato de concessão.

Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

Notas Explicativas

	Debêntures
Saldo inicial	(534.366)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	2.894
Captações (líquidas dos custos de transação)	(592.293)
Pagamentos de principal e juros	595.187
Outras variações que não afetam o caixa	(97.661)
Juros sobre debêntures	(97.661)
Saldo final	(629.133)

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária ViaRio S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária ViaRio S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária ViaRio S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão

Veja as notas explicativas 3.8 e 11 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

A Companhia avaliou a existência de indicadores sobre a desvalorização dos ativos não financeiros.

A Companhia estimou o valor recuperável com base no valor em uso ou valor justo menos custo de venda, dos dois o maior, da unidade geradora de caixa (UGC) ao qual esses ativos estão alocados.

A determinação do valor em uso da UGC é baseado em fluxos de caixas esperados, descontados a valor presente com base em projeções econômico-financeiras, que leva em consideração o orçamento aprovado pela Companhia, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, envolvendo o uso de premissas relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação e taxas de descontos.

Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas a aplicação do método e da seleção das premissas, utilizadas para estimar o valor recuperável da UGC que possui risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- (i) Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, da razoabilidade e consistência das principais premissas, utilizadas para estimar o valor em uso da UGC, comparando-as com dados históricos e/ou de mercado e avaliando se são condizentes com o orçamento aprovado pela Administração da Companhia; e
- (ii) Teste, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, se os cálculos matemáticos, práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixas esperados na estimativa foram elaboradas de forma consistente e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar a estimativa do valor recuperável da UGC;

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis o valor recuperável dos ativos não financeiros relacionados à concessão e respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Veja as notas explicativas 3.13 e 8.2 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

A Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social. Tais saldos devem ser reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa da contribuição social possam ser utilizados.

As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia e fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, aprovado na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, envolvendo premissas relacionadas ao crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional, que podem ser impactadas pelas reduções ou crescimentos econômicos, taxas de inflação e volume de tráfego.

Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas a aplicação do método e da seleção das premissas, para se estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- (i) Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, da razoabilidade e consistência das principais premissas utilizadas na estimativa de lucros tributáveis futuros, comparando-as com dados históricos e/ou de mercado e avaliando se são condizentes com o orçamento aprovado pela Administração da Companhia; e
- (ii) Teste, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, se os cálculos matemáticos foram elaborados de forma consistente e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar a estimativa das projeções de lucros tributáveis futuros; Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis o saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos e suas respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança

razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia .
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia . Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Alyster Suusmann Pere
Contador CRC 1SP230426/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

- PARECER DO CONSELHO FISCAL –

Os membros do Conselho Fiscal da Concessionária ViaRio S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, em reunião realizada nesta data, procederam ao exame e análise do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), e com base nas informações prestadas pela KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) sobre as Demonstrações Financeiras, manifestam-se, por unanimidade, favoravelmente às referidas demonstrações, que estão em plenas condições de serem votados pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

Rio de Janeiro/RJ, 28 de fevereiro de 2024.

CARL DOUGLAS DE GENNARO OLIVEIRA
Assinado com certificado digital ICP-Brasil

LUCIANO MOREIRA SANTOS
Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

-DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 27, § 1º, incisos V e VI da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro/RJ, 29 de fevereiro de 2024.

LUCIANA PARPINELLI DE OLIVEIRA
DIRETORA PRESIDENTE E DIRETORA DE RELAÇÕES COM OS INVESTIDORES
Assinado com Certificado Digital ICP-Brasil

MARCO AURÉLIO GUERREIRO DE SOUZA
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
Assinado com Certificado Digital ICP-Brasil

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

-DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 27, § 1º, incisos V e VI da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro/RJ, 29 de fevereiro de 2024.

LUCIANA PARPINELLI DE OLIVEIRA
DIRETORA PRESIDENTE E DIRETORA DE RELAÇÕES COM OS INVESTIDORES
Assinado com Certificado Digital ICP-Brasil

MARCO AURÉLIO GUERREIRO DE SOUZA
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
Assinado com Certificado Digital ICP-Brasil